

COMISSÃO EVENTUAL SOBRE O DESMANTELAMENTO E REALOJAMENTO DO BAIRRO DO 2º TORRÃO

ATA N.º 02/XII-2º/2021-2025

1. Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas 09H00, no Bairro do 2º Torrão, na Trafaria, realizou-se a reunião da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão com a Associação Canto do Curió.
2. Verificou-se a presença dos eleitos seguintes:
 - Os Deputados Municipais:
 - António Salgueiro
 - José Rocha
 - João Geraldés
 - António Maco
 - Margarida Paulos
 - João Pedro Pereira
 - Margarida Lourenço
3. Por parte da Associação Canto do Curió estiveram presentes a Srª. Renata Camargo e o Sr. João Duarte.
4. A reunião foi convocada e realizada no terreno onde se encontra a vala do 2º Torrão e foi presidida pelo Presidente da Comissão Eventual do 2º Torrão.
5. O Presidente da Comissão agradeceu a disponibilidade da Associação para reunir com a Comissão Eventual e solicitou aos membros da Associação que fizessem uma breve resenha do que se passou na sua ótica aquando da intervenção de emergência por parte da Câmara Municipal.
6. Os membros da associação começaram por declarar que tinham sido obrigados a intervir porque estava em causa a situação de 6 famílias, incluindo o Sr. Sebastião Tomás, em que a Câmara Municipal não tinha considerado para realojamento por diversas razões e que não estariam abrangidas pelo programa Porta de Entrada. Foram obrigados a solicitar ajuda para a interposição de providências cautelares para resolver estas situações. Nesta situação estavam a Srª. Virgínia e o Sr. Job Rocha, que entretanto já foram admitidos para o Porta de Entrada embora ainda esperem colocação.

Também a Srª. Helena e a filha não foram considerados por parte da Câmara como elegíveis daí a contestação para o tribunal e aguardam a sua inclusão também no programa.

O Sr. Luís Osvaldo e a Srª. Elvira Martinho também não foram aceites pela Câmara Municipal.

A Srª Renata Camargo da Associação Canto do Curió referiu que a Câmara Municipal solicitou às pessoas documentos a mais e questionou os critérios impostos pela Câmara. Disse também que a família Caetano, composta por 7 pessoas ainda estava a aguardar resposta.

Alegou também que alguns dos moradores que entretanto saíram foram coagidos a isso, sendo que até foram ameaçados de deportação.

No dia da demolição os funcionários da Câmara bateram à porta das pessoas às 08H00 da manhã, vindo acompanhados das autoridades e das máquinas, tendo até impedido a sua entrada em algumas habitações.

O Sr. João Duarte declarou que foi identificado na altura pela Polícia. Acrescentou que a coação começou pelo barulho das máquinas que naturalmente inquietou os moradores. Não existiu o necessário diálogo prévio com as pessoas. Referiu a peça que foi passada na CNN sobre a Srª. Conceição, que segundo a Proteção Civil a sua habitação estava fora da zona de demolição.

Realizou-se uma reunião na escola onde informaram as pessoas que a vala estava na eminência de ruir, embora estivesse também identificado há algum tempo o perigo de galgamento costeiro que estaria a ser estudado já há alguns anos por diversas instituições, entre elas o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Referiu-se também ao comportamento do estuário à vala e às alterações climáticas.

Entretanto o Sr. Deputado António Maco perguntou se tinha havido resistência por parte dos moradores à saída e se as forças policiais foram obrigadas a intervir.

Em resposta foi referido pela Associação que só tinha existido um caso em que as forças policiais trouxeram uma senhora. ?

A Srª. Renata Camargo referiu que as pessoas neste processo foram muito prejudicadas por causa dos empregos, da frequência da escola, nos horários e na falta de apoio alimentar.

Tiveram notícias da Srª. Marta que foi instalada em Corroios e do Sr. Adriano que foi instalado no Barreiro e que só voltaria ao trabalho em 1 de Maio próximo, porque tinha sido despedido do Call-Center onde trabalhava, devido à ausência forçada da ida ao trabalho por causa de todo este processo.

Foi ainda dito que a perda de emprego em algumas das pessoas que tiveram de sair do bairro foi muito assinalável.

Existiu também a rebentação dos canos por causa da passagem das máquinas e que cortaram a água às pessoas, tendo-se também assistido à falta de equipamentos de proteção individual por parte dos trabalhadores intervenientes na operação de demolição.

Durante as operações de demolição não existiu grande cuidado com as condições de segurança porque qualquer pessoa podia passar pelo meio.

No que se refere ao fibrocimento ainda ficou no local durante algum tempo até à recolha por parte uma empresa especializada no assunto.

Entretanto o Sr. João Duarte, fez alusão à praga de baratas e de ratazanas que grassava pelo bairro devido à não recolha dos destroços demolidos, o que consistia num risco acrescido de segurança para os moradores. Com as demolições foram originados danos estruturais nas casas que não foram demolidas com o aparecimento de diversas rachas nas mesmas.

Foi referido também que como se pode ver a vala está a céu aberto e que as barreiras da Proteção Civil só muito depois da intervenção é foram colocadas e que são insuficientes porque algumas crianças continuam a brincar por aqui.

É preciso renaturalizar a vala e também é necessário conhecer qual é o plano futuro de intervenção na mesma.

O Sr. Deputado António Maco questionou os membros da associação sobre a presença da APA ou dos proprietários do terreno, aos que estes responderam que não tinham conhecimento disso. Perguntou ainda que apoios é que tem havido por parte da Câmara.

Informaram também que a Associação de Moradores do Bairro desapareceu em todo este processo.

No que se refere aos apoios da Câmara sabem que existiu um apoio direto à Associação de Moradores para atividades culturais que esta investiu as verbas em fusíveis e que o próprio Presidente da Associação de Moradores subia aos postes para os substituir.

O Sr. Deputado António Maco questionou se em 2019 teria sido comunicado alguma coisa aos moradores sobre o estado da vala, sendo que soube que a Associação de Moradores foi alertada e que diriam às pessoas que deviam sair daqui.

O Sr. João Duarte referiu que as casas que estão aqui tem agora mais pressão da água e estão mais em risco do que antes da demolição.

Estão cá no bairro cerca de 2.000 pessoas, o levantamento referia 512 construções e cerca de 400 agregados familiares, sendo que a intervenção que foi feita gerou ainda mais insegurança nas pessoas. Foi uma terapia de choque e considera que foi propositada devido ao período de antes das chuvas.

Questionou também a forma como foi anunciada a intervenção com apenas 3 dias de antecedência.

Foi referido que o Programa Porta de Entrada não é o regime apropriado para uma solução desta natureza.

Questionou também porque é que não havia um diálogo mais efetivo com os moradores e porque é que tinha sido preciso vir uma empresa de fora para fazer a verificação das situações de residência.

A Sr^a. Renata Camargo referiu a falta de resposta integrada e questionou também os prazos implementados para a intervenção.

A Sr^a. Deputada Margarida Lourenço considerou achar que 4 meses era tempo suficiente para preparação das operações de intervenção e questionou a Associação se tinha existido apoio às pessoas por parte de outras entidades, tendo ainda exprimido algumas considerações sobre o que passou aquando da realização dos Censos de 2011.

Em resposta foi referido que a Associação não tinha visto intervenção de apoio de outras entidades oficiais.

De seguida o Sr. Presidente da Comissão, António Salgueiro, declarou por terminada a reunião no terreno tendo agradecido mais uma vez a disponibilidade manifestada pela Associação Canto do Curio para reunião e visita.

7. Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada.
8. Por ser verdade se elaborou a presente ata que vai ser assinada pelos Senhores deputados Municipais presentes.